

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Segunda votação ocorrerá na próxima quarta (15)

Extensão de ônibus sob críticas da oposição I

A aprovação na Câmara, em primeira votação, da prorrogação do contrato do transporte público de Campinas por até 2 anos gerou críticas da população e de vereadores contrários à proposta. “A empresa já humilha cotidianamente a população. Nos últimos anos, está em franca decadência, com os ônibus cada vez mais precários. Se a gente está assim agora, o que vai acontecer nos próximos anos com uma empresa que já sabe que vai sair de circulação? Se até agora ela ofereceu um serviço com essa qualidade para a população, com a prorrogação vai piorar ainda mais”, afirma a vereadora Mariana Conti (PSOL-SP).

Extensão de ônibus sob críticas II

“Quem manda no transporte público da cidade? É a Prefeitura ou são as empresas? Essa prorrogação dá mais um sinal de que a Prefeitura não quer comandar o transporte público. Se não dava para fazer a transição no tempo do projeto original, por que colocou esse prazo?”, questiona a parlamentar. A segunda votação, para que o projeto possa ir à sanção do prefeito, será na próxima quarta-feira (15).

Câmara Municipal de Campinas



Direito à informação está previstos na Constituição

Transparência na fila do SUS I

A vereadora Guida Calixto (PT-SP) protocolou um Projeto Lei na Câmara que propõe normas de transparência, direito à informação, controle social e monitoramento das filas de espera do SUS (Sistema Único de Saúde) na cidade. A medida vale para consultas e exames especializados, cirurgias, procedimentos e internações eletivas. A proposta segue os modelos de transparência e direito a informação previstos na Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde.

Transparência na fila do SUS II

A proposta pontua que usuários frequentemente enfrentam dificuldades para obter informações claras sobre sua posição na fila, o tempo de espera estimado e os critérios que norteiam a ordem de atendimento e que cria ambiente propício para práticas como os denominados “Fura-Filas”, que violam o princípio da igualdade e a justa distribuição dos recursos públicos.

PINGA-FOGO

Cavalo de Troia I

A iniciativa do Programa Câmara Universitária é um passo fundamental para o fortalecimento da democracia ao abrir as portas do Legislativo aos estudantes de Campinas. A participação é essencial pois permite que os alunos compreendam na prática a estrutura administrativa e o funcionamento da Casa.

Cavalo de Troia II

O conhecimento sobre as atribuições dos vereadores capacita o cidadão a exigir que o foco parlamentar permaneça no que é juridicamente indicado, ao invés de se perder na perpetuação de leis irrelevantes ou meramente simbólicas que não trazem benefícios reais para a coletividade.

Cavalo de Troia III

Quando o estudante entende como os recursos são geridos e como os projetos são tramitados, ele é capaz de se tornar um agente fiscalizador, que questiona a criação de leis inúteis e que cobra do Legislativo uma atuação realmente voltada para a solução de problemas importantes para cidade.

Cavalo de Troia IV

A oportunidade de vivenciar o cotidiano dos departamentos técnicos e jurídicos da Câmara oferece um aprendizado que transforma a relação do futuro profissional com a política. Essa imersão garante que a nova geração de líderes e especialistas saiba distinguir entre a política de conveniência e a política de resultados

Cavalo de Troia V

Ao estar ciente de que o vereador deve atuar como um guardião da legalidade e um proponente de melhorias públicas, o universitário contribui para uma cultura política mais eficiente, transparente e comprometida com o bem comum, assegurando que a Casa cumpra sua função.

Cavalo de Troia VI

O irônico do projeto é que, ao entrar no Legislativo e visualizar como funciona na prática as entranhas da Câmara de Campinas, o universitário, de excelência, certamente pensará como é fundamental e urgente transformá-la, cortando fisiologismos e tantos outros males.



Anúncio foi feito por governador em Campinas

SP anuncia inauguração da Miguel Melhado

Porém, advogado adverte que não há licença de liberação

Da Redação

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) anunciou que a Rodovia Engenheiro Miguel Melhado Campos (SP-324), conhecida como Vinhedo-Viracopos, será inaugurada no próximo sábado (11). O anúncio foi feito na quinta-feira (9) em visita do chefe do Executivo estadual a Campinas.

Já o advogado Augusto César Silva Santos Gandolfo, que representa os moradores às margens da rodovia, questiona a medida. Argumenta que o governador está impedido de liberar o fluxo de veículos porque a obra ainda não obteve a licença de operação emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

O questionamento jurídico também aponta riscos à vida e à integridade física no Km 90,6 da via. “Há risco à vida de pessoas, das que vão atravessar as seis pistas e a dos condutores, porque não há sinalização, não há faixa, não há segurança. E aqui tem que obedecer o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e os dois planos de mobilidade urbana, o federal e o municipal”, declara.

A expectativa de Gandolfo é de que “o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER-SP) - responsável pela obra - respeite as determinações da legislação vigente e garanta a segurança no local antes da colocação da rodovia em funcionamento”.

Ainda de acordo com o advogado, os riscos à integridade física de pedestres, cadeirantes, crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida foram ignorados pela autarquia. A maior preocupação de Gandolfo refere-se à inexistência de uma passarela para garantir a segurança de quem trabalha, estuda ou realiza a travessia para acessar o ponto de ônibus no Km 90+6. O percurso, de aproximadamente 50 metros de extensão, contém muretas de concreto entre as vias.

O outro lado

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a assessoria de imprensa do governador Tarcísio de Freitas, da Cetesb e do DER-SP, mas, até o fechamento desta reportagem, não obteve resposta sobre a inauguração da rodovia sem a devida licença.

Obra ponta

As obras da rodovia foram finalizadas em dezembro do ano passado, segundo o próprio DER-SP. Mas, a liberação da rodovia está atrelada à licença da Cetesb.

Liminar

Na terça (7), o juiz Leonardo Manso Vicentin, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, determinou a paralisação imediata de todas as demolições e retiradas de moradores.